

## Crise da sociedade brasileira e as saídas possíveis

*Vini Rabassa da Silva  
Renato da Silva Della Vechia*

[...] o mundo da política não conduz aos céus,  
mas a sua ausência leva ao pior dos infernos  
*Nicolau Machiavel*

No momento de edição de mais um número da Revista Sociedade em Debate a sociedade brasileira está vivendo um dos períodos de maior debate público sobre os meandros dos poderes constituintes do atual estado democrático de direito. A perspectiva crítica assumida por esta Revista nos desafia a apresentar, neste editorial, uma breve análise de conjuntura.

Analisar o atual quadro político brasileiro é uma tarefa difícil. Toda a análise tende a ser focada em alguns elementos vistos como prioritários e, ao mesmo tempo, limitada no tempo em função da enorme instabilidade alimentada cotidianamente por novos fatos.

Iniciamos destacando que o centro dessa crise tem uma dimensão internacional calcada nas refrações produzidas pela quebra de um pacto que existia entre capital e trabalho. A crise econômica na Europa, as grandes mobilizações sociais para impedir o avanço de políticas liberalizantes como reformas trabalhistas e previdenciárias naquele continente; as resistências de alguns países ao brutal controle econômico por parte do capital financeiro; a crise dos refugiados; o surgimento do Estado Islâmico; o avanço do terrorismo, o crescimento eleitoral de alternativas reacionárias como Trump nos E.U.A. são sinais de que esse pacto vem sendo golpeado a partir dos interesses do grande capital.

No Brasil, o pacto estava representado pelos governos petistas que tinham como eixo a ampliação das políticas sociais protetivas para os segmentos mais pobres, ao mesmo tempo em que preservavam intactos os interesses do grande capital (basta lembrar que a reforma tributária não foi feita). No entanto, essa “quebra” de pacto só surgiu em função de questões internas que aprofundaram a crise cujo início coincide com o processo de mobilização que ocorreu nos grandes centros urbanos do país, em 2013, com o movimento denominado Movimento do Passe Livre (MPL), composto basicamente de organizações de jovens. Os constantes aumentos de preços dos transportes sem nenhuma transparência quanto às planilhas das empresas e margem de lucros, bem como nenhum

controle sobre o reinvestimento na qualidade do transporte foi determinante para que as mobilizações (que começaram a ocorrer ainda no ano de 2005) fossem crescendo constantemente.

Por outro lado, o aumento no número de manifestantes nas passeatas organizadas, por si só acabou gerando um *plus* na mobilização. O uso de uma racionalidade calcada na relação custo X benefício mostrou que pequenas passeatas tendem a surtir pouco efeito, já grandes passeatas tendem a influenciar o sistema político e, portanto, passa a valer a pena o “esforço” de ir às ruas. E, a desmedida repressão policial que se seguiu às manifestações foi o estopim do processo de generalização da participação para alguns segmentos, notadamente da classe média. O elemento novo, nesta conjuntura, foi o uso de mecanismos de comunicação instantâneos e generalizados (internet) que permitiu que dezenas de imagens e filmes relacionados à repressão policial (policiais quebrando viaturas, tiros de borracha contra manifestantes, etc.) fossem amplamente divulgados.

Embora houvesse diferenças pela própria composição social das diversas regiões do país, nos grandes centros foi a chamada classe média que foi às ruas. Sabemos que os indivíduos não se mobilizam sem uma base concreta, material. É claro que a corrupção, a insuficiência de políticas públicas, os problemas de locomoção urbana, bem como outras pautas presentes nas mobilizações tem uma base material. Mas será que por si só conseguem explicar o que ocorreu?

Karl Marx, ao tentar explicar a origem da consciência dos homens, nos diz que

[...] convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (MARX, 2008, p. 50).

Na tentativa de compreender esse processo, lembramos que dois grandes grupos sociais não estiveram presentes nas ruas, ao menos de forma significativa: os representantes do grande capital (Fenaban, FIESP, etc) e os segmentos mais pobres, notadamente os beneficiados com políticas compensatórias. Segmentos do grande capital, de maneira especial através da mídia, buscaram “dar o tom” das manifestações, bem como os segmentos mais politizados das classes trabalhadoras também tiveram sua participação. Uma conhecida declaração de Lula às centrais sindicais pode apontar algumas pistas das motivações do grande capital não se manifestar naquele momento.

Segundo ele, “nunca os empresários ganharam tanto dinheiro como no meu governo” (LULA, 2010).

Acontece que a economia funciona através da denominada de “soma zero”, ou seja, não é possível que todos ganhem ao mesmo tempo. Quando Lula fala que “o povo também precisa ganhar dinheiro”, no mesmo vídeo, estava se referindo aos segmentos mais pobres, beneficiários de inúmeras políticas compensatórias, consideradas importantes em uma sociedade excludente como a nossa. Mas, se os recursos econômicos necessários para viabilizar as políticas sociais não provêm do grande capital obviamente a conta é paga pela classe média e assalariados. E, fundamentalmente através de políticas fiscais que afetam basicamente os trabalhadores, pequenos proprietários e consumidores em geral.

Em função da crise internacional que paralisou boa parte do setor produtivo de outros países, o governo brasileiro adotou um modelo desenvolvimentista, rompendo com a lógica neoliberal e utilizando recursos públicos para a ampliação de investimentos e obras, buscando com isso aumentar empregos e renda, vitais para o aumento do consumo. Outro mecanismo utilizado foi a isenção de impostos para alguns artigos e aumento das facilidades para o crédito, contribuindo com isso para que o nível de consumo se mantivesse estável. Mas a busca da saída da crise no capitalismo por essa via, embora positiva em um primeiro momento, tende a aumentar a crise no futuro, pois é impossível o aumento constante do consumo sem que o mesmo gere outras crises.

As análises que identificavam o aumento do endividamento da classe média como a causa econômica principal das mobilizações, não é contraditória com outras explicações como o aumento do consumo, gerando pressão por mais consumo. As mobilizações seriam em consequência do processo de ampliação do poder de consumo da chamada nova classe média, (através da facilidade de financiamento). Esse tipo de crescimento tem seu limite, quando começa o processo de endividamento e aumento da inadimplência.

Quando falamos em classes medias precisamos definir melhor o conceito. Pelos critérios utilizados pelo IBGE, classes são estratificadas pelo seu poder de consumo. Já nas análises sociológicas, as classes definem-se pela sua relação com os meios de produção. Sob essa perspectiva entendemos classes médias como um conjunto heterogêneo de segmentos que não se enquadram nem na perspectiva da burguesia, bem

como também não são considerados proletários. Historicamente as classes médias, ao encontrarem-se no “limbo”, ao não se constituírem enquanto classes “polares” no processo da luta de classes, tendem a “oscilar” ideologicamente no conflito de classes. Ora assumem uma posição conservadora e alinhada aos interesses das classes economicamente dominantes, ora passam a assumir posições radicalizadas e com um discurso anti elite.

Em um momento de crise, como o de 2013, é natural que as classes médias reproduzissem um discurso dúbio e conservador e, ao mesmo tempo, exigissem maior proteção por parte do Estado. Isso explicaria a reivindicação de mais recursos para a saúde e para a educação e, ao mesmo tempo, a reivindicação de redução de impostos. Algumas das políticas compensatórias adotadas pelo governo também foram alvo de insatisfação desse segmento. Precisamente pelo medo de perda de *status* na escala social é que discursos preconceituosos e conservadores se ampliaram, como as falas contra as cotas; a crítica aos médicos cubanos, a criação de direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, entre outros. A falta de formação política da sociedade, bem como a influência dos grandes meios de comunicação que expressaram a disputa ideológica dos rumos do movimento, permitiu que a imensa maioria dos manifestantes buscasse “soluções mágicas” ou alternativas insuficientes e ingênuas (tipo fim da corrupção ou diminuição de impostos).

É claro que é importante lutar contra a corrupção e por melhorias nas políticas sociais. Mas, é necessário identificar a fonte dos males que afetam a sociedade brasileira: o financiamento privado de campanhas, onde os grandes grupos econômicos “compram” seus representantes; o modelo de financiamento do Estado no qual a classe média e assalariados pagam a maior parte dos impostos; a concentração de renda e de propriedade fundiária, pois o Brasil é um dos maiores concentradores de renda e propriedade do mundo e possui um baixíssimo índice de qualidade de vida; a busca de uma modernização dos sistemas político e judiciário, buscando a constituição de instituições mais sólidas e, por fim, a necessidade de criação de mecanismos que regulem a mídia.

Nesse quadro, a corrupção passa a ser vista como o grande mal ao impedir que o Estado tenha recursos para dar conta das políticas sociais. Isso é uma meia verdade, pois se é necessário combater a corrupção, também é verdade que não adianta apenas punir algumas pessoas e não extinguir os mecanismos geradores da mesma.

O segundo grande eixo das mobilizações de 2013 vinculava-se a crítica a corrupção no sistema político e à falta de representatividade do mesmo, opinião expressa no slogan “ninguém me representa”.

As crises políticas advindas do processo de corrupção no sistema político brasileiro não são novas, sempre acompanharam os diversos momentos vividos pela nação como um todo. Em 1954, o suicídio de Vargas já era decorrente de um forte movimento que criticava o “mar de lama” que o governo estaria envolvido. Seu sucessor, Juscelino, também foi duramente criticado em função da construção de Brasília e da corrupção envolvendo as construtoras (acusado de receber um apartamento de uma construtora). O golpe 1964 também teve na corrupção pública uma de suas justificativas (governo Jango). Todas as irregularidades do período militar nunca foram adequadamente averiguadas. O primeiro presidente eleito indiretamente no período pós-ditadura sofreu um processo de “impeachment” em função de envolvimento com corrupção.

Na época, embora a corrupção fosse percebida como um dos problemas do país, ainda assim não estava tão “desnuda” como hoje, sendo nítida sua presença em todo o tecido social. Desde os grandes desvios de recursos públicos até o famoso “jeitinho brasileiro”. No sistema político a corrupção hoje é sistêmica, ou seja, o sistema democrático de eleições depende do financiamento privado e da corrupção para se viabilizar. A opção que os grandes partidos possuem é buscar recursos através da corrupção pública, ou na aceitação de recursos privados que favorece a ação dos agentes políticos aos interesses dos grandes grupos econômicos.

Esses, portanto, são os dois grandes “nós” internos da crise em nosso país: de um lado um sistema político com baixíssima legitimidade e altamente corrompido, de outro a velha questão de quem paga a conta da sustentação econômica do Estado.

O Congresso Nacional teve a oportunidade em 2013 de fazer uma profunda reforma política e fiscal de modo a evitar que essa crise se alastrasse. Mas preferiu protelar. Afinal, até aquele momento apenas o chamado “mensalão do PT” estava sendo julgado, e havia a perspectiva de que as denúncias e punições ficariam circunscritas àquele processo. Na medida em que a crise foi se alastrando e outras questões começaram a aparecer, e quando as forças policiais passaram a agir enquanto um elemento “estranho” ao sistema político que historicamente sempre as teve sob controle, surgiu também a necessidade de um “bode expiatório”. Nesse contexto é que ocorreu o processo de

impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, um golpe à democracia, embora alguns não o reconheçam como tal por ter sido encaminhado um processo “legal” dentro do previsto constitucionalmente.

Ora, nos parece que o que temos de escolher é se houve um único golpe ou mais de um nesse processo. Partindo do pressuposto de que as chamadas pedaladas fiscais efetivamente constituiriam motivo grave o suficiente para a derrubada de um(a) presidente(a), então o fato do Congresso Nacional, logo após ter modificado a lei, permitindo as chamadas “pedaladas”, foi outro golpe à democracia e à lisura para com o uso de recursos públicos. Ou seja, ou era crime e, portanto, justificaria a derrubada de um presidente (e nesse caso a lei deveria ser mantida), ou foi modificada por não se constituir em algo tão grave e, nesse caso, não deveria ter ocorrido o impeachment.

Outro elemento que merece destaque diz respeito ao governo em si. O governo Dilma, como todos os demais governos, sempre são o resultado de uma composição de forças a partir de uma proposta programática. Nesse caso, um processo de impeachment poderia gerar a substituição do titular. Mas mesmo com outra pessoa na condição de Presidente, o governo deveria continuar a partir do programa eleito, e nunca a partir da constituição de um outro governo com membros dos partidos de oposição que perderam as eleições.

Por fim, a aprovação da PEC 55 (Senado), encaminhada pelo governo e aprovada no Congresso, que congela as rubricas dos ministérios por vinte anos também pode ser considerada como um golpe na medida em que tira a autonomia de futuros governos de alterar as prioridades. Enfim, o que deve ser discutido não é se houve golpe, mas quantos e quais podem ser considerados enquanto tal.

Todo o processo de impeachment, a despeito de qualquer opinião favorável, ou não, que as pessoas possam ter a respeito do governo Dilma, trouxe em seu bojo um conjunto de irregularidades e imoralidades que estão aparecendo nesse momento (manipulações de grandes empresas; interesses do capital externo, subornos, etc).

É necessário avaliar esse processo mais pelo seu aspecto político do que pela questão moral. Nesse caso, afora toda a pressão do grande capital para uma “mudança de rumo” e na busca de pessoas mais “confiáveis” à lógica do capital em um momento de crise mundial, existem elementos políticos que facilitaram esse processo.

Em primeiro lugar, o financiamento privado de campanhas seguramente foi o grande fator gerador de uma “corrupção sistêmica” junto aos partidos. Hoje estamos sabendo que a situação é ainda mais grave, pois não foram beneficiados unicamente os partidos, mas a burocracia do Estado (CADE, CARF, Tribunais de Contas, Polícia Federal, etc.) e parcela considerável do poder Judiciário também. Seria ingenuidade acreditar que grandes grupos econômicos repassavam fortunas aos partidos sem uma contrapartida. Hoje há evidências de que era dinheiro público que entrava nas empresas e posteriormente repassado aos partidos. Outra forma era a utilização direta dos recursos públicos pelos partidos, pois foi criado um violento esquema de corrupção em todos os níveis e esferas do poder público em nosso país.

Em segundo lugar, outro fator com muito peso, e que torna praticamente impossível governar sem um alto custo político (e econômico) ao Estado, é a junção de um modelo político denominado de presidencialismo de coalisão (que por si só não seria o problema) com um sistema partidário em forte processo de fragmentação<sup>1</sup>. Esse quadro gera um grande problema de governabilidade, principalmente para aqueles que têm a intenção de reverter procedimentos já viciados dentro da política brasileira. O tipo de alianças feitas no início do governo Dilma gerou um debate calcado na questão ética sobre as mesmas (traição), quando o problema é político. O importante não é definir se os partidos devem buscar alianças, mas sim o que se quer com elas e como conviver nessa relação de “condomínio” de forças. Alguns ensinamentos de Machiavel contribuem para entender esse dilema. Quando analisa a força militar dos príncipes (que poderia significar a força no parlamento), diz que as armas com que um príncipe defende seu Estado podem ser próprias, mercenárias ou auxiliares. No que se refere às forças auxiliares, nos diz que

Essas tropas podem, em si, ser úteis e boas, mas são, para quem as chama em seu auxílio, quase sempre danosas, por que te aniquilas se perdes, e ficas à mercê delas se vences (...). Quem, pois, não desejar vencer, valha-se de tropas tais, pois são mais perigosas que as mercenárias. Vem com elas a ruína completa, eis que constituem o corpo coeso e dedicado à obediência aos seus comandantes (...). Por isso, um príncipe prudente desprezou sempre essa tropas

---

<sup>1</sup> Em 1985 a Câmara dos Deputados tinha a representação de 13 partidos e 5 no Senado; em 2010, 22 partidos e nas eleições de 2014, 28 partidos tiveram representação na Câmara dos Deputados e 18 no Senado. Além da fragmentação, houve uma diminuição do peso dos grandes partidos. Em 1994, o PMDB, PSDB e PFL, tinham 50,3% da representação do Congresso, o que lhes garantia uma maioria numérica além de uma boa coesão ideológica. Na eleição de 2014, PT e PMDB juntos tinham apenas 26% do Congresso (número que foi se reduzindo). E a terceira bancada era a do PSDB, sem nenhuma identidade com o governo eleito.

e preferiu as próprias; e quis antes perder com as suas do que vencer com as alheias (1976, p. 94).

Talvez o maior equívoco dos governos petistas (e também de um conjunto de outras organizações e movimentos sociais), tenha sido a incapacidade de aglutinar forças para além do parlamento e do poder executivo. A crença de que era possível transformar o Estado por dentro e que em nome da governabilidade não deveria haver muita pressão social. Houve a perda da dimensão da existência de uma luta de classes permanente, mesmo com esse conflito não se expressando claramente. Também nessa análise cabe discutir o problema da comunicação do governo com a sociedade. Em nenhum momento houve ações sérias no sentido de enfraquecer o monopólio da mídia e criar “forças próprias” no que diz respeito à democratização dos instrumentos da sociedade ao acesso à comunicação. Instigou a desconfiança dos grandes grupos midiáticos ao fazer críticas públicas sobre o papel desempenhado pela mídia, mas ao mesmo tempo não tomou atitudes concretas de fortalecimento de alternativas. Esta, por sua vez, quando se sentiu forte o suficiente, deixou de lado qualquer prurido ético e criou um espaço cotidiano de combate ideológico. Mas não só unicamente interesses ideológicos como fica evidente ao se identificar que uma das primeiras ações do governo Temer foi um aumento considerável das verbas publicitárias.

Nesse quadro é que se insere atualmente o governo Temer, que pode ser analisado sob diferentes ângulos. O centro político-ideológico desse governo se caracteriza por três grandes linhas que representam o espectro ideológico da nova direita mundial: ampliação da privatização do Estado; internacionalização da economia (entenda-se abertura para o capital externo) e quebra de direitos sociais.

A lógica da privatização está presente em inúmeras ações do governo: abertura para o capital externo participar da exploração do petróleo; desmonte de mais de 400 agências do BB; encaminhamento de um projeto que além de tornar quase impossível para a maioria dos servidores públicos se aposentar ainda permite, ao setor privado atuar na aposentadoria complementar do setor público. Em 2016 o setor de previdência privada teve um crescimento acima de 30% apenas a partir do anúncio das novas regras. A mesma lógica observa-se na proposta do Ministro da Saúde de criação de um plano de saúde privado popular para “desafogar” o SUS; na ampliação da participação do setor privado na educação na elaboração de políticas para o setor. Além disso, desmonte da FUNAI;

isenção de multas e impostos para determinados setores econômicos (só o Banco Itaú foi beneficiado com 25 bilhões de reais).

No que concerne à quebra de direitos sociais, podemos identificar a aprovação da PEC 55 que objetivamente congelou a ampliação de gastos na área social; o desmonte da aposentadoria; a ampliação das terceirizações; a desvinculação do salário dos aposentados do salário mínimo; a mudança das regras referentes à correção do salário mínimo; o pacote de medidas visando à chamada reforma trabalhista, que tende a diminuir o poder de organização dos trabalhadores, além dos “ajustes” nos projetos sociais que visam diminuir gastos com Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e outros programas sociais. Por fim, o processo de internacionalização está presente em um conjunto de medidas já anunciadas e ou aprovadas: ampliação dos critérios legais para venda de terras e propriedades ao capital externo; isenção de multas e entrega de patrimônio público a grupos “gigantes” da comunicação (mais de 100 bilhões de reais); autorização para a exploração do pré-sal após o estado brasileiro investir bilhões para criar as condições de extração; retomada dos acordos com os E.U.A. para a entrega da Base de Alcântara ser controlada pelos norte-americanos; substituição da política de construção de navios em plataformas marítimas brasileiras pela compra de navios produzidos em outras nações.

No que diz respeito ao perfil político do atual governo, contrariamente a intenção inicial expressa pelo próprio Michel Temer de compor com uma equipe de pessoas com grande qualificação e legitimidade, o que se observou é que ele ficou refém não só das maiorias fisiológicas dos partidos políticos, mas fundamentalmente dos representantes dos “lobbies” do grande capital. Raríssimos ministros indicados para seu governo não respondem ou responderam ações na justiça, algumas prescritas outras tramitando. Tais fatos fragilizam ainda mais o governo frente aos interesses privados (nacionais e internacionais) que sempre controlaram o Estado. O conjunto das ações dos ministérios acenando “bons negócios” ao setor privado é consequência não apenas de um governo privatista, mas também incapaz de governar sem apoio midiático e de segmentos da burocracia do Estado. Essa condição impede que o governo faça uma “mediação” entre os interesses de grupos econômicos privados e o conjunto de outros segmentos da sociedade civil e da opinião pública.

Se existe um elemento que possa ser considerado positivo nesse momento é a visibilidade para o conjunto da sociedade de como funciona a relação do capital com

o Estado, e de que forma o poder judiciário desempenha um papel classista na sociedade brasileira. Todos os pudores desapareceram. A Comissão de Ética do Congresso passa a ser composta por deputados envolvidos em acusações de corrupção, e o Presidente da República recebe um dos maiores empresários do país às onze horas da noite, entrando secretamente pela garagem do Palácio. E essa crise moral não está só no poder executivo e partidos políticos. Um juiz ordena à esposa de Cunha devolver mais de 600 mil reais ao erário público e, ao tempo afirma que ela não será indiciada por não possuir provas. Ou quando o presidente do STF, que irá julgar a permanência ou não de Michel Temer na presidência, convida o mesmo para proferir uma palestra na Faculdade da qual é um dos proprietários, atividade essa patrocinada com dinheiro público.

Machiavel, ao dar conselhos aos príncipes, entendia que em política a questão ética nem sempre poderia ser observada, visto que o fundamental era aquilo que Weber vai chamar de “ética da responsabilidade”, ou seja, o resultado final é que é o balizador das ações dos governantes. No entanto, advertia que

Deve um príncipe, contudo, ter grande cuidado para que jamais lhe saia da boca algo que não esteja preche daquelas cinco qualidades, parecendo, assim, aos que o veem e ouvem, todo piedade, todo lealdade, todo integridade, todo humanidade, todo religião (1976, p. 113).

O absoluto descaso para com a opinião pública, bem como o sentimento de impunidade permitindo que, mesmo após 38 operações da Polícia Federal, o próprio Presidente da República e um senador continuem se utilizando da corrupção de forma descarada, ou seja, pagando mesada para silenciar Eduardo Cunha, é um escárnio à sociedade e um sinal de que os mesmos não possuem nenhum compromisso com a sociedade brasileira. Essa situação pode agravar profundamente o quadro já muito próximo a uma convulsão social, caso novos fatos possam surgir.

A condição de crise contribui também para o recrudescimento de alternativas conservadoras que pressionam por saídas por fora da legalidade e do estado de direito. O conservadorismo desses setores aparece nas diversas formas de patrulhamento ideológico como Escola Sem Partido; crítica ao que denominam de “ideologia de gênero”, combate as opções sexuais, etc.

Nas atuais condições, caso não ocorram mudanças abruptas, podemos vislumbrar três cenários, cada um com diferentes desdobramentos: queda de Temer e eleições

congressuais; queda de Temer e eleições diretas e ainda a permanência do governo Temer. Qualquer que seja o cenário haverá um conjunto de problemas a serem decifrados, o que torna o contexto totalmente imprevisível.

Em primeiro lugar, está colocado o debate sobre a capacidade de o governo Temer se manter até as eleições de 2018, e, caso se mantenha, se terá as condições de aprovar o pacote de “maldades” a qual ele está designado a encaminhar por pressão do grande capital. Nesse momento sua saída depende de dois fatores: renúncia ou impeachment (visto que o STE não caçou a chapa, diagnóstico que o governo já tinha a mais de mês, afirmando publicamente, a partir de seus representantes, que o resultado seria 4 a 3 para o governo).

O processo de impeachment seria muito longo e dificilmente aprovado pela atual base do Congresso Nacional, independente de provas que possam surgir. Mesmo que o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot encaminhe denúncia ao Congresso nesse momento, em função das denúncias da JBS, as acusações poderiam ser barradas caso o governo consiga no mínimo 171 votos no Congresso, base que ele controla com grande facilidade, até mermo porque a maioria do parlamento está completamente contaminada com o processo de corrupção que envolve os partidos.

Embora a manutenção do governo Temer até 2018 seja a alternativa mais visível nesse momento, alguns fatores podem interferir nos próximos períodos: o primeiro deles é a possibilidade de novas denúncias e escândalos virem a público, ampliando a desmoralização do governo. No mesmo sentido, o próprio fato do TSE ter salvo Temer nesse primeiro momento, igualmente tende a aumentar significativamente a insatisfação da população brasileira para com o governo e suas instituições, o que poderá fomentar as mobilizações de rua. E, por fim, a aproximação com o processo eleitoral também poderá servir como um incentivo ao “desembarque” de parte da base de apoio do governo, o que aponta para o aprofundamento da crise e para a necessidade de aumento das mobilizações de massa que permitam um deslocamento da opinião pública para a defesa de uma saída legal e que, ao mesmo tempo, barre as atuais reformas que o capital pretende implantar.

A segunda situação seria a renúncia, ao qual categoricamente Michel Temer vem afirmando que não irá fazê-la. Das duas opções listadas, essa nos parece a mais provável (dentro da perspectiva da saída de Temer) a depender de algumas situações: O que Michel Temer parece estar negociando não é a sua renúncia, mas sim um “salvo conduto” para ele e alguns membros do governo não pararem na prisão. No entanto, o PSDB, DEM e

mais o conjunto da base aliada do governo estão com muita dificuldade de acertar essa negociação, até mesmo porque não têm controle sobre o judiciário, embora possam influenciar. O editorial da Folha de São Paulo de 04/06/17, enquanto “porta voz informal” do capital, já está sinalizando ser a permanência de Temer a melhor solução, desde que ele se comprometa com as reformas. Em primeiro lugar, reconhece que eleições diretas seria a melhor alternativa, pois “...o ideal seria que o substituto fosse eleito pelo voto direto. A crise moral que corrói o sistema político é tão grave e profunda que somente um retorno à fonte de toda legitimidade – a soberania popular – pode restaurar a autoridade presidencial”. No entanto, ao avaliar as dificuldades que esse processo iria gerar “...não há como negar, entretanto, que seriam imensos os obstáculos à aprovação de diretas já”, finaliza aceitando a permanência de Temer, desde que com o compromisso de encaminhar as reformas, como afirma no final do editorial:

O governo Temer vem implantando um audacioso elenco de reformas estruturais que estão no rumo certo. Sua capacidade de seguir adiante com esse programa parece seriamente prejudicada (...). Em algum momento, decerto nas eleições gerais de 2018, o caminho adotado será submetido ao escrutínio popular. Por ora, o mais importante, com ou sem Temer é que o Congresso persista nesse rumo, único capaz de nos livrar da recessão e preparar um futuro mais próspero e promissor (FSP, 04/06/2017).

No terceiro cenário, o do Congresso Nacional escolher um presidente temporário (seja pela cassação ou pela renúncia), existem alguns dilemas. O primeiro deles é se o regramento irá depender do previsto na Constituição de 1988 (genérica), ou em um regramento eleitoral construído posteriormente por conta de indefinições como sobre qual critério utilizar se há ou não a necessidade de os candidatos serem filiados a partidos políticos, ou se precisariam estar desincompatibilizados nos prazos previstos em lei.

Inicialmente, quando surgiram as acusações da JBS comprometendo Michel Temer e com a cobertura da Globo, o nome imediatamente alçado à condição de sucessor foi o de Meirelles, representante mor do grande capital financeiro, ex-ministro da economia de Lula, atual de Temer, e alguém que, a princípio, teria credibilidade para encaminhar as reformas. O que não foi adequadamente analisado é que o mesmo tinha uma “janela de vidro”. Tinha sido, nos últimos quatro anos, presidente do conselho administrativo da JBS, o que poderia gerar grandes constrangimentos e embaraços no futuro. O recuo dessa alternativa, e a não definição de outro nome consensual dentro da base de apoio, fez com que a opção por eleição congressual ficasse em suspenso. Pesquisa feita pelo Datafolha com 311 dos 594 parlamentares aptos a votar, aponta que 61% não

tem candidato, enquanto 15% não quiseram nem mesmo falar sobre essa hipótese. Os demais 24% listaram diversos nomes, sem que houvesse alguma preferência definida.

Caso se viabilize a cassação da chapa ou renúncia de Temer a partir de algum acordo, esta alternativa tende a retomar fôlego e surgirá inevitavelmente o debate sobre a participação ou não dos setores progressistas no processo de escolha de um nome. Algumas alternativas tipo Joaquim Barbosa ou Nelson Jobim são lembradas como possibilidades de nomes “consensuais”, ou com maior trânsito entre os grupos empresariais e políticos buscam a legitimidade social para aprovar as reformas do capital. Não existe legitimidade nesse Congresso para tomar uma decisão dessas e qualquer alternativa escolhida pelo Congresso Nacional tende a aprofundar a crise e reduzir a possibilidade de um protagonismo da sociedade em busca de uma saída mais consistente.

Por fim, a terceira opção, (Diretas Já), seria a única possível em uma perspectiva de acumular forças para bloquearmos o avanço do conservadorismo e perda de direitos. Mas é preciso ter claro o que se pretende em um processo de eleições presidenciais. Não poderá ser repetida a ingenuidade de que um ou outro nome poderia ser uma saída para a crise por si só. É falsa a ideia de que os setores conservadores não querem eleições por que nesse momento poderiam viabilizar a candidatura de Lula (dados de inúmeras pesquisas). O problema deles não é Lula, até porque facilmente poderiam tirá-lo do páreo (com ou sem provas). O que é inaceitável para os representantes do capital é abrir de forma ampla, e não controlada pela grande mídia, um debate nacional sobre o caráter da crise. Não lhes interessa que o debate de projetos fique explícito, não querem debater as consequências das reformas, como não querem discutir quem tem de pagar a conta da crise.

O argumento dos que não querem eleições diretas, (alguns bem intencionados), é a preocupação com a necessidade de modificar a Constituição, considerada por estes como algo perigoso no momento. Outros, de forma mais ostensiva, e em uma perspectiva de combate, alegam que é uma saída inconstitucional. Mas, de que lado do debate estes órgãos de informação estavam no momento em que se discutia a PEC 55 que congelava investimentos por 20 anos e que precisou de reforma na constituição? Ou quando defendem as reformas trabalhista e previdenciária que também precisam de reformas na Constituição? Convém lembrar, ainda, que a Carta Magna de 1988 já foi modificada 95 vezes até o final de 2016.

Mas, fundamentalmente a questão é outra. No parágrafo primeiro da Constituição, no seu principal parágrafo, está escrito claramente “Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Eleição direta não é restrição de direitos, mas é repassar ao povo, detentor originário de todo o poder a decisão sobre a saída da crise. Não se sabe qual seria o resultado de eleições. Mas ao menos será dada oportunidade aos partidos de apresentarem propostas claras para o momento e da população decidir rumos para o futuro.

O centro da crise não é decorrente de problemas econômico, nem políticos e ou éticos. A crise é ideológica, e vem sendo construída uma base calcada em saídas individuais para os problemas da vida em sociedade há muitos anos. Assim, o desemprego não é um problema do sistema capitalista, mas da falta de preparo individual dos trabalhadores; a solução para todas as crises passa a ser a auto ajuda ou saídas místicas, pregadas por religiões vinculadas a um certo “empreendedorismo espiritual”. Cada indivíduo passa a se considerar um empresário de si mesmo (nos dizeres de Marilena Chauí), vendendo seus serviços para outras empresas. Essa condição gera a “ideologia do novo rico”, a falta de identidade dos indivíduos trabalhadores com sua condição de classe.

Portanto, a saída que precisamos construir é a constituição de uma base social que perceba as condições históricas que estamos vivendo e que compreenda que as saídas só podem acontecer de forma coletiva e no enfrentamento com os interesses do grande capital, o qual busca cada vez mais excluir as forças políticas ligadas aos movimentos sociais de qualquer pacto de governabilidade baseado em uma solução de compromisso. Para isso é muito importante todos os esforços no sentido de construção da unidade (no que for possível); na busca de uma maior organicidade da sociedade e de um aprofundamento de estudos que nos capacite para construirmos respostas ao quadro apresentado.

Por fim, convidamos para a leitura de uma rica diversidade de artigos apresentados nesta edição sobre manifestações da questão social, contemplando também a apresentação de modalidades de intervenção. São quatorze artigos de autores(as) brasileiros(as), um da Espanha e outro do Paraguai.

O primeiro deles “*Banalização da pobreza no neoliberalismo – dano colateral ou dano efetivo?*” realiza com profundidade uma análise crítica, explicando que os denominados danos colaterais são, de fato, derivados das condições objetivas do

desenvolvimento do sistema capitalista, as quais foram acirradas com a ascensão do neoliberalismo associado à crise estrutural do capitalismo.

O artigo advindo do Paraguai, *Protección social no contributiva en Paraguay. Un balance a 10 años de su implementación* analisa a trajetória dos 10 anos de implantação da política de proteção social não contributiva naquele país, abrangendo o período de 2003-2013, destacando seus avanços e debilidades ainda existentes diante da magnitude da problemática que deve atender.

O tema abordado no terceiro artigo “*Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): tendências e perspectivas da agenda governamental contemporânea*”, destaca os rebatimentos do pacto federativo na gestão da política de assistência em um contexto marcado profundamente pela desigualdade social. O artigo intitulado “*O Lugar das Mulheres nas Famílias, nas Políticas Sociais e no Mercado de Trabalho: tecendo algumas considerações*” lança uma reflexão sobre as contradições que permeiam a ocupação das mulheres nestes espaços.

A política da saúde é debatida no texto “*Nem tudo que reluz é ouro*” *Considerações sobre a (Nova) Promoção da Saúde e sua relação com o Movimento de Reforma Sanitária no Brasil*”, evidenciando a sua articulação com o Social-Liberalismo. O direito à moradia é objeto de análise no texto “*População de Rua e Direito à Moradia: uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida*” o qual conclui que as exigências para o acesso ao programa Minha Casa Minha Vida inviabilizam o acesso à moradia para essa população.

O sétimo artigo “*Mulher- mãe: passaporte da família para a política de assistência social*”, alerta que a centralidade da família na política de assistência significa diretamente a centralidade da mulher, devido ao seu reconhecimento histórico como cuidadora e indica a necessidade de problematizar esta associação.

A política habitacional é, também, objeto de análise no oitavo artigo “*Habitação de Interesse Social no Brasil e a Exclusão do Direito à Cidade*” o qual apresenta o resultado de uma revisão sistemática de literatura dos estudos de avaliação pós-ocupação da habitação de interesse social no Brasil no período de 2003 a 2014, destacando os principais resultados e impactos produzidos pelo Programa.

Em outro artigo, uma estratégia usada para o enfrentamento da pobreza no Brasil vinculada ao Programa Bolsa Família é analisada especificamente no município de

Cascavel – PR com o estudo sobre “*O Benefício Variável Jovem e suas implicações para a redução da evasão escolar*” desenvolvido em dois colégios públicos de ensino médio.

Outra pesquisa aplicada subsidia o artigo sobre “*Habitação Social e a Implementação dos Instrumentos de Planejamento e Gestão na Região Oeste de Santa Catarina*”, revelando a fragilidade no uso dos instrumentos de gestão

A fim de buscar o perfil demográfico das “*Famílias Multigeracionais Corresidentes*”, diferenciando a geração sanduíche da geração pseudo-sanduíche, o próximo artigo apresentado, usa as relações de parentesco e convivência descritas no Censo Demográfico brasileiro de 2010 e faz uma análise, considerando as relações de dependência e a apropriação de responsabilidade do domicílio. Em decorrência da análise realizada é indicado que devido à geração intermediária ter dificuldade de conseguir domicílio próprio acaba dependendo dos pais, geralmente idosos, para a satisfação de sua necessidade de moradia, que já inclui a geração de seus filhos.

A outra contribuição do exterior, advinda da Comunidade Autônoma de Galícia, Espanha Universidade de Vigo, disserta sobre “*Las prácticas teatrales y el envejecimiento activo: posibilidades y problemáticas*” valorizando a arte cênica particularmente quando aplicada com grupos da terceira idade, valorizando as suas vivências e aprendizados. Destaca-se, neste artigo, a visão política do autor a partir das contundentes críticas as ameaças a redução dos direitos previdenciários.

Avançando para o décimo terceiro artigo “*Perfil sociográfico de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas*” o foco passa para a análise dos fatores de risco do ato infracional, reforçando a necessidade de revisão dos programas sociais que continuam evidenciando a incapacidade de enfrentamento das expressões da questão social manifestas por estes adolescentes.

Uma análise específica, é apresentada, também, sobre *O lugar das famílias de usuários do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) do Município de Itajaí – SC*, A pesquisa visa oferecer dados sobre o universo subjetivo desses atores, a fim de contribuir no desenvolvimento de estratégias de intervenção em saúde, que busquem uma melhor resolutividade para as suas necessidades em saúde mental.

Outro tema atual adquire visibilidade nesta edição no texto “*Trabalho do Assistente Social em Equipes Multiprofissionais de Cuidados Paliativos*”, que evidencia a importância

deste tipo de intervenção, analisando o trabalho realizado por sete profissionais que participaram da pesquisa que foi aplicada através da Universidade Estadual do Ceará.

Encerrando esta edição é apresentado o artigo embasado em pesquisa aplicada no Curso de Serviço Social da Universidade do Rio Grande do Norte, *As discentes do curso de Serviço Social: reflexões sobre educação, formação profissional e valores* que caracteriza o perfil dos discentes como sendo constituído por jovens adultas, heterossexuais da raça negra, detectando que o impacto da formação profissional produz algumas mudanças, de natureza ético-política, nas suas vidas, provocando assim uma reflexão sobre a contribuição efetiva da formação frente ao contexto da sociedade brasileira.

Desejamos a todos(as) uma ótima leitura!

## **REFERÊNCIAS**

FOLHA DE SÃO PAULO, jornal, dia 04/06/2017.

MACHIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo; Editora Cultrix, Ltda., 1976.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo; Expressão Popular, 2008.

LULA. 2010. Lula comenta sua relação com os empresários. [www.https://www.youtube.com/watch?v=U6X5UkZOPBY](https://www.youtube.com/watch?v=U6X5UkZOPBY). Acesso em 07.06.17